

MOVIMENTOS EM DIREÇÃO A UMA CIDADANIA DEMOCRÁTICA

Maria Elly Herz Genro¹

Isabel Cristina P.Cunha Santos²

A intensificação dos modos de subjetivação, no contexto contemporâneo, na perspectiva da lógica privada, do individualismo possessivo e do consumismo, incidem no exercício de uma cidadania restritiva. Frente a essa realidade, buscamos desenvolver um processo investigativo para apreender outras possibilidades na construção de uma cidadania exercida no contexto da universidade, configurando possíveis inovações nas representações dos sujeitos sobre a universidade.

Consideramos que o espaço micro-institucional das universidades brasileiras reflete as mudanças traçadas pelas reformas educacionais que se intensificaram nos anos 1990, num contexto de modernização do Estado orientado pela lógica privatista, de corte

¹ Professora universitária – PUC/RS - Brasil – Pesquisadora do grupo de pesquisa: Inovação na Universidade, coordenado pela prof^a Dra. Denise Leite.

neoliberal. Evidenciamos algumas características destas reformas, a partir do estudo de Leite (2003), que sinaliza o redesenho capitalista das universidades contemporâneas. Este processo é permeado de conflitos constituintes de diferentes significados atribuídos a universidade e suas relações com a sociedade: a diversificação da missão da universidade (ensino, pesquisa e extensão); aumento do número de instituições privadas; flexibilização da oferta curricular e a avaliação intensiva em diferentes modalidades, sob controle do Estado.

Este processo evidencia uma crise de identidade da universidade, definindo seu potencial sócio-político cultural e privilegiando seu conteúdo utilitário e produtivista, colocando em questão, na análise de Santos (1994), em que sentido a universidade pode-se constituir com maior legitimidade social. Esta crise evidencia-se nos mecanismos seletivos, mecanismos de financiamento da produção científica que visam reduzir a universidade à sua função de formar profissionais polivalentes para o mercado. Neste quadro de dificuldades, emergem possibilidades contra-hegemonicas na construção de uma cidadania democrática universitária, presente nos discursos dos sujeitos inseridos nos movimentos sociais na universidade.

Na perspectiva de reinvenção permanente de uma cidadania universitária, este estudo evidencia aspectos de um processo de investigação que explicita diferentes representações dos sujeitos inseridos nos movimentos sociais na universidade, sobre a importância, o significado da universidade e suas possíveis articulações com a construção de uma cidadania democrática. Em função da multiplicidade de definições, explicitaremos a compreensão que nos aproximamos sobre inovação e cidadania, com a qual trabalhamos nesse estudo.

Inovação – é um *processo de rupturas sócio-políticas e culturais, que se estão gestando em diferentes espaços sociais*. A inovação, num contexto de transição paradigmática, se constitui na ruptura com visões paradigmáticas da modernidade reguladora, na reconfiguração de saberes e poderes como possibilidades de articulação entre o ser, o saber e o agir emancipatório. O germe da resistência/inconformismo, contido nesta concepção de inovação, requer que esta ruptura considere que as conquistas e os

² Diretora da divisão de Planejamento Institucional da UFRGS/Brasil – Pesquisadora do grupo de pesquisa: Inovação na Universidade.

déficits da modernidade sejam assumidos, numa perspectiva epistemológica, política e sociocultural diferenciada, almejando a criatividade e a emancipação individual e coletiva.

Nesta perspectiva, compreendemos a cidadania como uma construção não linear, de continuidades e descontinuidades, através de processos educativos/pedagógicos, articulados a dinâmica na constituição de uma subjetividade individual e coletiva desejosa de qualificar as relações sociais. Para Santos (1994), assumir o princípio da comunidade de Rousseau, pode contribuir, de uma forma significativa, na constituição de novas energias emancipatórias, geradoras possíveis de relação horizontal entre os cidadãos, de participação e solidariedade concretas na formulação da vontade geral. Estas idéias são capazes de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva baseada na autonomia, na descentralização e na democracia participativa.

Neste sentido, consideramos a incerteza geradora possível de inovação, em função da necessidade de ruptura frente a determinados processos sociais conservadores, na perspectiva de reconfiguração de saberes e poderes articulando diferentes racionalidades. O protagonismo e a contextualização dos processos de ruptura estão se gestando, possivelmente, nas vivências concretas de determinados grupos sociais, conforme Leite et al. (1997).

O estudo qualitativo que desenvolvemos no processo de investigação pressupõe algumas características da pesquisa etnográfica, na compreensão de Ludke e André (1986). Esta metodologia de pesquisa visa explicitar um sistema de significados culturais de determinado grupo de sujeitos. As hipóteses sobre o comportamento humano, nesta abordagem, buscam compreender o fenômeno no seu contexto. “As hipóteses naturalista/ecológica, afirmam ser o comportamento humano significativamente influenciado pelo contexto em que se situa.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 15)

As entrevistas semi-estruturadas realizadas com os sujeitos foram na sua totalidade 16, mas neste trabalho apresentaremos as representações dos docentes da uma universidade pública contabilizando oito sujeitos. Este momento proporcionou uma compreensão dos significados construídos, com o objetivo de captar as identidades e as diferenças das(nas) falas, tendo sempre presente o vivenciado e o desejado, em relação ao objeto de estudo em questão. Este tipo de entrevista, mais flexível, ganha vida ao se iniciar o diálogo com os sujeitos, pressupondo o respeito pela cultura e pelos valores dos entrevistados.

A Classificação dos dados e construção das categorias significou o questionamento dos dados com base numa fundamentação teórica. Nesse momento, estabelecemos os aspectos relevantes da fala dos atores sociais, buscando a definição das categorias.

“se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.” (MINAYO, 1998, p.70)

Para que o processo de investigação nos aproxime da realidade, que é sempre provisória, como ensina Freire (1992), necessitamos estabelecer uma relação dialógica com os sujeitos da pesquisa, superando, assim, o dogmatismo, a prepotência e a intolerância. Freire (1992) enfatiza o reconhecimento da historicidade do conhecimento como pressuposto da produção de novas realidades. Isso "significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e da reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura" (FREIRE, 1992, p.10).

A partir destes pressupostos, desenvolvemos a análise das entrevistas, construindo categorias, provisórias e iniciais, com o objetivo de compreensão dos fragmentos presentes nas falas dos docentes sobre universidade e suas possíveis relações com a construção de uma cidadania mais efetiva.

Com relação à universidade, os participantes do estudo consideram que: a universidade tem um papel social, é um elemento de soberania nacional; a universidade é um espaço de construção da cidadania; universidade: espaço de um pensar socialmente produtivo. Os docentes destacam, ainda, a crise da universidade como uma crise de identidade.

Universidade tem um papel social, é um elemento de soberania nacional

Para os sujeitos, participantes do estudo, a universidade tem um papel social, desdobrando-se na necessidade de integração com a sociedade, de desenvolvimento da soberania nacional, numa perspectiva de atendimento das demandas sociais e tecnológicas.

Os participantes do estudo entendem que a universidade deve se integrar com a sociedade, pois a realidade está aquém do desejável, através de formas próprias de intervenção. A sociedade é entendida como sociedade dos “menos favorecidos”. A integração também deve se dar com setores produtivos da economia, sem submissão e subordinação ao poder econômico.

"Bom.. Eu acho que a universidade tem que se integrar mais com a sociedade. Quando eu digo sociedade é justamente com os menos desfavorecidos, não é? A universidade até agora tem sido um reduto da elite e é interessante que no passado, antes de 64, pela iniciativa dos estudantes e era apoiada pela reitoria, se fazia cursos preparando pessoas, naquela época era esse supletivo, artigo 99, essas coisas aí, então os estudantes davam esses cursos." (ADA)

"Junto à sociedade, diria que a universidade tenha formas próprias de intervenção através da suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e atividades de convênios que ela possa vir a fazer, junto inclusive ao setor privado da economia, assim, eu não tenho o menor problema em relação a isso, a questão da articulação da universidade com a economia não é uma questão fechada, não é uma questão a ser limitada, o que não se pode admitir é a subordinação da universidade ao poder econômico. Isso é outra história, mas isso não significa que a universidade não possa e não deva se articular com os setores produtivos da economia ela tem que fazer." (ADI)

Os participantes do estudo entendem que a universidade tem o papel de desenvolver a soberania nacional, construída por uma racionalidade social para pensar o país, sua independência tecnológica.

"Eu acho que a solução, digamos, a universidade hoje ela tem um papel muito mais importante nesse mundo globalizado, porque efetivamente é assim, é a tecnologia ou é a independência tecnológica que torna um país soberano, né. Quer dizer a existência da universidade, e principalmente a universidade pública, é um elemento de soberania nacional." (ADS)

Para outros participantes do estudo, a universidade precisa redefinir seus múltiplos papéis, nos diferentes planos, construindo sua identidade e se aproximando cada vez mais da sociedade.

Universidade é um espaço da construção da cidadania

Os participantes do estudo entendem que a universidade tem o papel de construir a cidadania, no que diz respeito à elaboração de paradigmas da cultura política, de uma discussão política mais ampla e crítica, proporcionando um desenvolvimento social sem exclusão, justo e respeitoso do meio ambiente a serviço do cidadão, entendido como sujeito participativo socialmente.

Um sujeito enfatiza a inexistência de uma cidadania organizada, no 3º mundo. Em função desta realidade, a universidade tem que se constituir como um centro reflexivo, de construção de uma cultura política, afirmativa da cidadania crítica e consistente.

"E no caso do 3º mundo o que se viu, foi que a expansão econômica não gerou cidadania coisa nenhuma, pelo contrário, a expansão econômica sempre se deu sobre o pressuposto de inexistência de uma cidadania organizada. Bom, então, eu acho que a universidade ela tem que ser um centro, digamos uma reflexão e um dos centros de elaboração de certos paradigmas de cultura política, fundados na noção de cidadania." (ADE)

"A reforma agrária deve interessar para a universidade na medida em que ela, digamos assim, que democratizando a terra como um bem fundamental nós tenhamos uma sociedade mais cidadã. Quer dizer, isso virá em proveito de toda a sociedade, entende? Então, enfim, a universidade ela deve colocar, sobre as demandas imediatas da sociedade, a necessidade de uma discussão política mais ampla, mais crítica, mais consistente." (ADE5)

A universidade como um espaço de construção da cidadania se constitui, segundo um participante do estudo, no desenvolvimento de um pensar coletivo autônomo, respeitoso, do meio ambiente e da pessoa humana.

"Então universidade que a gente quer é aquela que se proponha a usar todo seu potencial para intervir no processo de desenvolvimento brasileiro e quando a gente pensa no processo de desenvolvimento a gente qualifica de como o desenvolvimento do conjunto da sociedade não só de uma parcela, no desenvolvimento sem exclusão, um desenvolvimento justo, respeitoso do meio ambiente, respeitoso da pessoa humana, suas identidades particulares e também amplas e que tem essa questão do desenvolvimento autônomo, que não esteja dependente." (ADC)

Outro sujeito considera que a universidade como espaço de construção da cidadania se afirma com a concepção de Estado servidor do cidadão, estimulador do sujeito participativo e não somente consumidor.

"Ou seja, a própria defesa da universidade pública, e da inserção da universidade pública numa concepção de Estado servidor do cidadão, tá profundamente ligada à noção de que a pessoa, como cidadã e de cidadania, de que a pessoa é participante da sociedade e não apenas um produtor ou um consumidor." (ADO7)

Universidade: espaço de um pensar socialmente produtivo

Os sujeitos consideram que a universidade é um espaço de produção do conhecimento, que se afirma socialmente através do trabalho partilhado, da instituição de novas relações de poder e da reflexão teórica, capaz de responder às necessidades sociais.

Um participante do estudo explicita a realidade de uma prática de produção do conhecimento, presente na universidade, que traz a marca do privado, do individualizado, do não-partilhado. Esta constatação não impede o sujeito de buscar o dever-ser, que significa o trabalho produzido em parceria, numa perspectiva de mudança nas relações de poder.

"Se eu recebo eu tenho que dá, e a universidade não é qualquer empresa que fabrica automóveis, entende? Ela fabrica saber, ela produz saber, conhecimento, e um saber e um conhecimento, e um saber e um conhecimento que não é compartilhado, que não é solidário, que não é democratizado, não existe, não vale nada, só vale, digamos assim, fulano de tal tá fazendo uma pesquisa sobre genética, descobriram como se faz o clone da ovelha, entendeu? Então esse cara é a estrela, tá entendendo a idéia? Mas ele é uma estrela individualizada, quer dizer, quem é que estava atrás dessa estrela, que ajudou o cara a fazê. Então eu acho que, mais do que nunca, hoje nós temos que trabalhar de forma, dentro da universidade, interdisciplinar, reconhecendo, digamos assim, igualdade da produção do conhecimento, né? Eu acho que tem que se modificar as relações de poder nessa interdisciplinaridade." (ADS2)

Outro sujeito se refere à idéia de um pensar produtivo na universidade, que significa o reconhecimento das diferentes perspectivas teóricas e a necessidade de desenvolver uma crítica filosófica e histórica.

"O educar é um educar que insere o indivíduo no contexto sócio-histórico e político e provoca o pensar, até porque eu posso pensar em nível de ensino, teorias críticas, mais teorias enriquecidas, o meu problema não é pensar teorias, o meu problema é dizer sim, que existem percepções teóricas distintas e vamos fazer a crítica histórica, a crítica metodológica, a crítica filosófica, vamos aprender a pensar garotada!" (ADI)

Para os sujeitos da pesquisa, a relevância na produção de um conhecimento inovador, em todas as áreas, precisa ser assumida para intervir no processo de desenvolvimento brasileiro.

"O que deve ser a atividade principal é a inovação, a produção de conhecimento e até a transferência disso através da extensão e em todas as áreas, não só aquelas que tenham possibilidade de se colocar no mercado, mas para dar um exemplo o problema dos sem-terra, não tem perspectiva de dar retorno financeiro nenhum, a não ser que seja apoiado pelo Estado, então a universidade que a gente quer é aquela que se proponha a usar todo seu potencial para intervir no processo de desenvolvimento brasileiro." (ADC)

A Universidade em crise: busca da identidade, luta contra a burocracia e a despreocupação de alguns docentes com as questões pedagógicas e científicas.

Outro aspecto salientado pelos participantes do estudo diz respeito à crise da universidade e seus possíveis desdobramentos. A crise da universidade, além da crise de sobrevivência, segundo os sujeitos, refere-se à burocratização, à despreocupação dos docentes com a questão educacional (especificamente com a questão pedagógica). Existe uma crise de identidade da universidade, sintetizada no seguinte questionamento: Que universidade queremos?

Um sujeito considera que a burocratização da universidade, como elemento de sua crise, emperra seu desempenho funcional e reduz o tempo do professor para desenvolver atividades mais significativas.

"Eu acho que, por exemplo, que a ADUFRGS poderia fazer muito mais pela universidade. Porque a universidade, na minha visão é muito burocratizada, tremendamente burocratizada. Bom, então melhorar o funcionamento da universidade, diminuindo essa burocracia, daria mais tempo aos professores para fazerem tantas coisas que são muito importantes, não é?" (ADA)

Outro aspecto explicitado por um sujeito, referente à crise, é a falta de discussão, por parte do professores, dos processos educacionais, envolvendo desde a questão pedagógica até o desenvolvimento da ciência, na universidade.

"E isso é uma questão muito forte dentro da universidade, ou seja, não se discute questão pedagógica, não se discute que vínculo ou que vínculos existem ou podem existir entre o processo pedagógico e o desenvolvimento do conhecimento científico nas diferentes faculdades, institutos. A educação, a questão educacional não perpassa as preocupações, por incrível que pareça, a não ser aquelas preocupações rotineiras de ter vaga ou não ter vaga, ter horário ou não (...), de certa maneira é como se nós estivéssemos tão assoberbados pela sobrevivência imediata de ter um lugar para colocar a turma no semestre que vem."
(ADI)

Um sujeito faz uma referência em relação à crise de definição da universidade, que pressupõe a necessidade de uma reflexão filosófica, da natureza, do sentido da relação universidade e sociedade e suas conseqüências. A partir desta questão, o sujeito problematiza o posicionamento de dois campos ideológicos, posturas neoliberais e progressistas, geradores de um certo esgotamento da associação universidade e desenvolvimento.

Para este sujeito, a perspectiva neoliberal está secundarizando, cada vez mais, a universidade, com o objetivo de formação das elites no contexto empresarial. As posições progressistas não têm colocado alternativas frente à contradição entre o desenvolvimento científico e tecnológico, no contexto da universidade, e o incremento das diferentes formas de exclusão social.

"A universidade neste momento está passando por uma, eu não diria crise no sentido original do termo, mas pelo menos ela tem que passar por um repensar, ela tem que ser repensada, o governo federal dentro do modelo neoliberal que está, está procurando se eximir de encargos com a manutenção de Estado (...). O modelo universitário público especialmente federal acredito que precisaria passar por uma profunda modificação, para poder racionalizar a sua operação no sentido de poder atender essa pretensão governamental de aumentar esse número de matrícula e continuar atendendo a seus encargos tradicionais de pesquisa e extensão, uma vez que esse tripé que assenta até constitucionalmente o ensino público federal." (ADU)

Para refletir sobre a constituição permanente de um fazer acadêmico com vocação pública, tendo relevância social é necessário assumir processos educativos e pedagógicos

que possibilitem o acesso dos sujeitos (individuais e coletivos) aos diferentes saberes, valores e o desenvolvimento de habilidades capazes de reconstrução de conhecimento, valores e práticas, visando a humanização das relações sociais. Isto significa a desconstrução de concepções petrificadas de realidades, a-históricas e conformadas com o existente, apontando assim, perspectivas de construção de uma cidadania democrática, fundamentada em verdades construídas como aproximações da realidade.

A articulação entre razão, emoção, desejos, fragilidades, afim de que possamos tencionar as nossas desumanidades, nossos desafetos constituídos e marcados por nossas múltiplas histórias (individual e social). Considerando este processo, como um caminho a ser escavado permanentemente, no nosso fazer histórico. Isto pressupõe a construção de uma subjetividade (individual e coletiva) a partir dos fragmentos do nosso agir e pensar que se articulam no nosso cotidiano, mas, também considerando a possibilidade da nossa imaginação.

Santos (1994) contribui para pensar a construção de sociabilidades alternativas, cujos referenciais apontam para a construção de subjetividades individuais e coletivas, potencializadoras de uma cidadania inquietante e solidária. Alguns aspectos, consideramos importante salientar: a formulação de necessidade radicais para além do marco estabelecido pelo capitalismo, a criação de novos saberes instituintes de ações inconformadas, o sujeito histórico da transformação não pode ser isolado do contexto (somos uma multiplicidade de sujeitos, com possibilidades de articulações), a aprendizagem da polifonia é condição para a ação democrática. A resistência frente aos microdespotismos do cotidiano pode gerar novas formas de relações sociais que precisa ser ativada por uma cidadania democrática tencionada por uma subjetividade emergente, na busca de uma micro utopia, nos diferentes espaços sociais, constituindo assim a nossa luta cotidiana.

A reconfiguração de saberes como elemento constituinte da inovação tem como ponto de partida o desejo de aprender a saber o que não se sabe, para que possamos re-olhar a nossa prática social, sempre direcionada pela idéia de dignidade humana.

“A racionalidade criativa; o uso da palavra, como sinal exterior mais óbvio da superioridade da espécie humana; a mentalidade axiológica, no sentido da sensibilidade para o que é belo, bom e justo; a liberdade, no sentido da capacidade de julgar – o que supera o mero determinismo biológico; a autoconsciência (o ser humano como ser reflexivo); a sociabilidade e todas as formas de solidariedade; a historicidade (o ser humano é aquele que tem a memória do passado e o projeto do futuro); a

unicidade existencial, no sentido de que cada ser é insubstituível.”
(BENEVIDES, 1994, p.14)

Este processo precisa ser reinventado permanentemente pelos sujeitos, como protagonistas nos espaços micro ou macroinstitucional, constituindo coligações produtivas a fim de que os sujeitos possam dizer a sua palavra. A situação institucional, em que se desenvolve uma ação protagonista, pode favorecer ou dificultar práticas e discursos inovadores. As relações de poder num ambiente institucional podem ser tensionadas, abrindo fendas que visam instituir relações de autoridade partilhada, conforme Santos (1994), gestando assim, um clima institucional favorável à transgressão.

A educação para a cidadania democrática é uma ferramenta necessária para construir possibilidades, nos diferentes espaços estruturais. A reinvenção da cidadania democrática pressupõe ir além da concepção clássica de cidadania (direitos e deveres do cidadão, lealdade frente ao estado), do formalismo jurídico, da relação cidadania e estado, extrapolando a esfera de atuação política permitida pelos setores endurecidos da burguesia, detentora do capital e dos meios de difusão de um discurso justificador e produtor de relações sociais assimétricas.

O papel do(a) educador(a), inserido num contexto institucional universitário, como dono da verdade, acima do seu tempo e desprovido de emoção, é tencionado pela possibilidade efetiva do “intelectual público”, idéia que desenvolvemos anteriormente (Leite *et al.*, 1998), imerso em posições ideológicas e em contextos particulares, tendo uma história de vida e, conseqüentemente, não podendo desempenhar um papel previamente definido, um roteiro de falas e movimentos. trata-se de assumir os desafios como ator social do seu tempo, da sua contemporaneidade, concordando com essa idéia, Popkewitz afirma:

"A política do intelectual, a partir desta perspectiva, é a de ser autocrítico sobre as suas visões e distinções e a de rejeitar uma epistemologia do progresso na ciência. Isto não significa, no entanto, sugerir que a posição do intelectual seja a de ‘flutuar livremente’. Ao contrário, a posição política do intelectual, na democracia, não é uma posição privilegiada. Além disso, deve-se argumentar que a luta política do intelectual reside na tensão entre o engajamento e a autonomia dos movimentos sociais específicos.” (POPKEWITZ, 1997, p.243)

Essa tensão, essa autonomia que pode ser potencializada pelos atores sociais (individuais e coletivos), pode provocar incertezas e mudanças no contexto das

universidades brasileiras, resgatando assim, sua função social. Nesta perspectiva, consideramos que o ensino superior, especificamente a universidade, tem que assumir o compromisso público, através das suas diferentes atribuições, na perspectiva de uma democratização social e educacional.

Entendemos que, pensar práticas educativas como práticas sociais ampliadas, precisamos marcar os processos de ensino, pesquisa e extensão na universidade com projetos de democratização social, levando em conta, como nos alerta Lasch (1995), o ceticismo e o niilismo, produzidos também pela crise do pensamento ocidental, abrindo um espaço para a absolutização da lógica mercantil. Esta tensão, este conflito produtivo frente a cultura do capitalismo contemporâneo pode ser trabalhado nas múltiplas esferas de socialização dos sujeitos, podendo emergir do nosso fazer cotidiano, pensamentos e práticas resultantes da imaginação social. A expansão da nossa condição de sujeitos, universais e singulares, requer o fortalecimento de reflexões filosóficas voltadas para a produção de sentidos para a multiplicidade das experiências humanas.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política. São Paulo: ANPOCS, n.33, p.5-16, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos Sociais na Universidade**: Rupturas e Inovações na Construção da Cidadania. Tese de doutorado. UFRGS, 2000.

LASCH, Christopher. **A rebelião das elites**. A traição da democracia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LEITE, Denise. Avaliação Institucional., Reformas e redesenho Capitalista das Universidades. In **Avaliação e Compromisso Público**. A Educação Superior em debate. SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo (orgs). Florianópolis: Insular, 2003.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz; BRAGA, Ana Maria. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (Orgs.) **Universidade futurante**. Produção do ensino e inovação. São Paulo: Papirus, 1997. p.21-37.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

POPKEWITZ, Thomas. **Reforma educacional**. Uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto. Afrontamento. 1994.